

Maior desafio é reduzir as desigualdades

Quando o futuro presidente da República subir a rampa do Palácio do Planalto, em Brasília, talvez desconheça quão turvos serão os caminhos na travessia do Brasil rumo ao século XXI. Além de desempenhar o papel de um estadista que os brasileiros raramente conheceram, terá que demonstrar capacidade para administrar o conflito resultante da luta pela redução das desigualdades sociais de forma que seja absorvido, sem traumas, pelo sistema político. E não há conchavo, acordo ou pacto melhor do que a própria democracia para fazer com que o lucro reencontre o trabalho e o Estado se reconcilie com a nação.

A proposta encontra unanimidade no pensamento dos cientistas sociais Paul Singer, Bolivar Lamounier, Celso Lafer, Octavio Ianni, Paulo Sérgio Pinheiro e Marilena Chaui ouvidos em São Paulo para uma análise da crise brasileira, enfocando suas causas e quais as perspectivas de modernização do Brasil na virada do século. Para eles, a crise é mais política do que econômica e qualquer esforço no sentido de enfrentá-la terá que ter como uma das prioridades a redução do abismo que separa as duas faces do mesmo País: a da miséria absoluta e a que sustenta o status de 8º economia do mundo capitalista.

Os indicadores econômicos e sociais referidos pelos entrevistados não deixam dúvidas quanto ao tamanho do desafio a que estarão submetidos todos os brasileiros, particularmente o sucessor de José Sarney, para que no futuro o País possa exibir estatísticas menos traumáticas. Dos 150 milhões de brasileiros, 41 por cento sobrevivem com renda per capita de até meio salário mínimo. Os 50 por cento mais pobres têm acesso só a 13,6 por cento da renda nacional, enquanto o 1 por cento mais rico fica com uma fatia praticamente igual (13,6 por cento).

Para agravar a situação, o crescimento da economia caiu dos históricos 7 por cento ao ano registrados desde a Segunda Guerra Mundial até os anos 70, para uma taxa média de 3 por cento na década de 80, suficientes apenas para empatar com o crescimento da população. A poupança interna caiu de 23,5

por cento do Produto Interno Bruto (PIB), no período de 1971/80, para 18,9 por cento, em 1981/88. O setor público federal, que nos anos 30 financiou a implantação da indústria, está quebrado. Para tapar seus furos de caixa, detém, atualmente, 96,7 por cento da poupança financeira nacional, alimentando uma ciranda onde circulam cerca de 100 bilhões de dólares que deixam de ser aplicados na produção.

No setor privado, no entanto, os números são diferentes, em 1988, por exemplo, conseguiu poupar um valor equivalente a 19,06 por cento do PIB, pouco menos que a taxa registrada na época do "milagre econômico". E nos últimos 13 anos, a produtividade das empresas cresceu 25 por cento o que ficou bem atrás foram os salários, segundo pesquisa do Ministério do Trabalho. A evolução foi de apenas 3,65 por cento, em termos reais. É aqui que reside, segundo os especialistas, grande parte da explicação para o profundo dualismo que caracteriza a sociedade brasileira. Isto é: de um lado, uma moderna sociedade industrial e, de outro, um país que vive numa época primitiva. Nos anos 80, denominados de década perdida, o que mais cresceu foi a economia informal. Pelos cálculos do IBGE, ela se aproxima dos 13 por cento do PIB ou seja, a massa de riqueza produzida no Brasil seria de 380 bilhões de dólares e a produção informal chegaria a de 46 bilhões de dólares. Outro entrave é a dívida externa, segundo observou Celso Lafer.